

**A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE
SUSTENTABILIDADE PARA COMPREENDER A
MAIOR CATÁSTROFE DA HISTÓRIA DA
MINERAÇÃO BRASILEIRA**

***THE USE OF SUSTAINABILITY TOOLS TO
UNDERSTAND THE BIGGEST DISASTER IN THE
HISTORY OF BRAZILIAN MINING***

Robson de Jesus Ribeiro¹
Leandro Campos de Faria²
Maria Flávia Casali Rossi³
Nelson Massaki Kondo⁴

RESUMO: No dia 05 de novembro de 2015 o Brasil vivenciou o que autoridades brasileiras e internacionais chamaram de maior desastre mundial no setor de mineração. O desastre socioambiental teve dimensões catastróficas, incluindo a perda de 19 vidas, a destruição das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, além de afetar outras cidades ao longo do curso do Rio Doce em função da lama dos rejeitos. É importante destacar que no ano anterior (2014) a empresa SAMARCO reorganizou todo seu modelo de gestão visando

¹ Robson de Jesus Ribeiro – Assistente Social, mestre em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (UNESP) e doutorando em Serviço Social (UNESP). E-mail: robson.jesus@unesp.br

² Bacharel em Engenharia de Alimentos, especialista em Engenharia Econômica e Financeira e Engenharia de Segurança do Trabalho.

³ Bacharel em Ciências Biológicas, com ênfase em conservação, especialista em Gerenciamento Ambiental e Educação Ambiental.

⁴ Bacharel em Administração, especialista em Controle de Produção e Produtividade, Relações Trabalhistas e Sindicais.

cumprir uma agenda de dobrar o tamanho da empresa, projeto esse intitulado de Visão 2022. O plano vinha sendo executado, o negócio sendo reformulado e estratégias novas de sustentabilidade adotadas para enfrentar o futuro promissor. Entretanto, no findar de 2015 houve o rompimento da barragem e a empresa teve que novamente se reestruturar, mas dessa vez para gerenciar os impactos, buscar a confiança da sociedade brasileira, remodelar seu modelo operacional reparar os danos sociais e ambientais, repensar nas estratégias de saúde e segurança e além de tudo obter a licença social para voltar a operar. Nesse artigo, abordaremos de forma analítica as ferramentas utilizadas no sistema de gestão da gigante do setor de mineração, destacando as principais metodologias adotadas, metodologias essas que a consagraram como benchmark no setor. Não pretendemos aqui realizar uma avaliação dos relatórios de sustentabilidade, mas sim analisar o nível de detalhamento dos dados, a forma da escolha dos Stakeholders para compor a matriz de materialidade e principalmente as ações frente ao episódio do desastre socioambiental.

Palavras chaves: Sustentabilidade; Desastre socioambiental; Meio ambiente.

***ABSTRACT:** On November 5, 2015, Brazil experienced what Brazilian and international authorities called the world's biggest disaster in the mining sector. The socio-environmental disaster had catastrophic dimensions, including the loss of 19 lives, the destruction of the communities of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, in addition to affecting other cities along the course of the Rio Doce due to the tailings mud. It is important to highlight that in the previous year (2014) the company SAMARCO reorganized its entire management model in order to fulfill an agenda of doubling the size of the company, a project called Vision 2022. The plan was being executed, the business was being reformulated and new strategies of sustainability adopted to face the promising future. However, at the end of 2015, the dam collapsed and the company had to restructure itself again, but this time to manage the impacts, seek the trust of Brazilian society, remodel its operating model, repair social and environmental damage, rethink strategies for health and safety and, above all, obtain the social license to resume operations. In this*

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

article, we will analyze in an analytical way the tools used in the management system of the giant in the mining sector; highlighting the main methodologies adopted, methodologies that have established it as a benchmark in the sector. We do not intend here to carry out an evaluation of the sustainability reports, but rather to analyze the level of detail of the data, the way in which the Stakeholders are chosen to compose the materiality matrix and especially the actions in the face of the socio-environmental disaster episode.

Keywords: *Sustainability; socio-environmental disaster; Environment.*

INTRODUÇÃO

A partir do rompimento da Barragem do Fundão no município de Mariana no estado de Minas Gerais, em novembro de 2015, uma questão curiosa e não muito divulgada pelos meios de comunicação veio à tona, de fato o Brasil é um país minerador e a dimensão da tragédia apenas confirma a extensão da nossa produção minerária e também sua importância para o desenvolvimento econômico.

As mais de 80 milhões de toneladas de lama que desceram ladeira abaixo, soterrando trabalhadores, comunidades, animais, a natureza e toda a infraestrutura construída por gerações passadas e, portanto, carregadas de histórias e memórias, reafirmaram algo que não é inédito na indústria de extração de minério no país.

Para efeito de comparação, caso a lama fosse dividida com todos os brasileiros, com base no último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cada pessoa receberia do trio Samarco, Vale e BHB Billiton, responsáveis pelo desastre,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

aproximadamente 450 quilos da lama oriunda dos rejeitos de mineração. Essa lama, que se concentrou no município de Bento Rodrigues e se espalhou por várias comunidades entre Minas Gerais e Espírito Santo, que num piscar de olhos se tornaram extensão do complexo minerário de Mariana.

Expostas essas questões, iremos analisar a questão do desastre ocorrido em Mariana-MG há dois anos, buscando refletir quais foram às ações adotadas pelas empresas para reparar os danos socioambientais, as estratégias adotadas para o desenvolvimento local e a busca pela reabertura da mineração.

Cabe destacar o último pronunciamento público na mineradora que foi em seu relatório Bienal 2015-2016 onde a mesma se compromete com a reparação de todos os danos sociais e ambientais causados pelo desastre; e a partir de então buscar a licença social para a continuidade das atividades extrativistas.

Em 2015, ocorreu o trágico rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco em Mariana (MG). Investigado pelas autoridades brasileiras e por consultoria internacional independente, o rompimento trouxe severos danos sociais e ambientais-incluindo a perda de 19 vidas, sendo que uma pessoa não foi encontrada, e a destruição das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, além do impacto causado a cidades ao longo da bacia do rio doce, de Minas Gerais até sua foz e proximidades no estado do Espírito Santo, em função do percurso da pluma de

rejeitos. Para gerenciar esses impactos e, pouco a pouco, buscar resgatar a confiança da sociedade brasileira, é necessário estruturar uma nova Samarco, com novas competências como bases do seu modelo operacional, estão à reparação ambiental e social, a segurança, os aprendizados e o compromisso de compartilhá-los com o setor de mineração e com a sociedade (SAMARCO, 2017 p.12).

Entendemos que esse é um cenário complexo e desafiador, onde muitos interesses estão em jogo. Cabe então à universidade, espaço de construção e produção do conhecimento realizar uma leitura dos fenômenos com completa lisura e respeito para com as partes, contribuindo dessa forma na interpretação dessa questão. É nessa direção que pretendemos seguir com esse artigo.

Nessa etapa, iremos realizar a análise do Sistema de Gestão, realizando o levantamento das principais ferramentas utilizadas na empresa e como as mesmas impactam no desenvolvimento do negócio.

Esperamos com esse trabalho contribuir com algumas reflexões para a interpretação desse triste episódio da história da mineração.

DESENVOLVIMENTO

A partir de 1970 diversas questões relacionadas às demandas da humanidade sobre recursos naturais e a capacidade do meio ambiente tornaram-se base para estudos, constatando-se que é essencial ampliar o nível de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

consumo dos países em desenvolvimento sem que haja o aumento na demanda total, ou até mesmo em diminuí-la (INSTITUTO ETHOS, 2009 *apud* Meadows, 2004; WWF,2004), o que envolve a mudança de hábitos dos países desenvolvidos (INSTITUTO ETHOS, 2009 *apud* Brown, 2003; Henderson, 2003).

Desde então, o termo desenvolvimento sustentável, compreendido como modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as próprias necessidades, é um tema central na sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2009 *apud* CMMAD, 1991).

Segundo INSTITUTO ETHOS (2009), a responsabilidade social empresarial (RSE) está entre as ações que visam colocar em prática o desenvolvimento sustentável, visto que as organizações, não somente as empresariais, mas também as governamentais se reconhecem como partes relevantes da sustentabilidade.

De acordo Louette (2007), dos anos 90 até a atualidade, ferramentas, que seguem alguns padrões, normas, referências e diretrizes, foram criadas globalmente com o objetivo de difundir conceitos como responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, traduzindo-os em prática de gestão.

Para o autor as ferramentas permitem transparência, sendo possível notar uma evolução nas ações de responsabilidade social, que passaram a ser vistas não só como investimentos que contribuem para o sucesso econômico, entretanto também como uma visão ampla da organização para analisar as condições sociais e ambientais que levam à realização dos lucros.

A responsabilidade social como estratégia empresarial e visão do negócio necessita de diálogos com *stakeholders* e conhecimento dos impactos em toda a cadeia produtiva e de valor, visando propor soluções para o problema em um cenário local, mundial e até internacional (LOUETTE, 2007).

Louette (2007) afirma que o uso de ferramentas e práticas de gestão, apesar destas estarem em formação, é essencial para dar sentido aos investimentos em projetos sociais, que são desafios mesmo visando à sustentabilidade.

Em escala global a grande quantidade de ferramentas de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade disponível oferecem alternativas para que as organizações possam avançar nos seus projetos se tornando mais transparentes diante da sociedade como um todo (LOUETTE, 2007).

Historicamente, empresas norte-americanas e europeias foram pioneiras ao adotar a responsabilidade social em seus negócios, com a fundação da Business for Social Responsibility (BSR), criada em 1992 nos Estados Unidos e outras associações empresariais fundadas na Europa no início da década de 1990.

O movimento de Responsabilidade Social Empresarial na União Europeia foi marcado em 2006 com a publicação de um documento intitulado: Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em Termos de Responsabilidade Social nas Empresas, que visou incentivar as empresas na adoção de práticas de RSE com a contribuição de *stakeholders*, em prol do

desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico e da criação de empregos (LOUETTE, 2007).

Enquanto no continente europeu a influência do governo para a adoção da RSE era forte, nos países da América Latina a mobilização partiu do empresariado e da sociedade civil organizada. A fundação de algumas organizações foram imprescindíveis para a consolidação das práticas de RSE: a fundação da organização Peru 2021, em 1994, Instituto Ethos, no Brasil, em 1998; Ação Empresarial do Chile, em 1999; Fundemas, em El Salvador e Deres, no Uruguai, em 2000 e Instituto Argentino de Responsabilidade Social Empresarial (Iarse), em 2003.

Inicialmente a atuação social nas empresas latino-americanas se baseava apenas em ações de cunho filantrópico, é recente a ideia da RSE relacionada à gestão e transparência, por isso caminhamos a passos lentos na temática.

No Brasil diversos avanços foram notados tais como o lançamento da ABNT NBR 16001; o desenvolvimento de uma norma internacional (ISO 26000); a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa); a liderança na adoção dos Princípios do Equador; as inúmeras certificações na norma SA 8000 no mundo; fomentador no meio empresarial das Metas do Milênio e do Pacto Global da ONU; entre outros. Segundo **INSTITUTO ETHOS** (2009) no Brasil são destaques as iniciativas descritas na tabela a seguir:

**1.INICIATIVAS UTILIZADAS NO
BRASIL PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

| | |
|---|--|
| <p>Iniciativas globais</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais – Agenda 21 – Princípios do Global Compact – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – Carta da Terra – Convenção da ONU contra a Corrupção |
| <p>Direitos humanos</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – Normas das Responsabilidades de Corporações Transnacionais e Outras Empresas em Relação aos Direitos Humanos |
| <p>Direitos das relações de trabalho</p> | <ul style="list-style-type: none"> – Guia de Normas Internacionais do Trabalho – SA 8000 – Social Accountability 8000 – Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu Seguimento – OHSAS 18001 – Occupational Health Safety Assessment Series |

| | |
|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> – Diretrizes sobre Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (ILO-OSH 2001) |
| Proteção das relações de consumo | <ul style="list-style-type: none"> – Diretrizes da ONU para a Proteção do Consumidor |
| Meio ambiente | <ul style="list-style-type: none"> – The Natural Step (TNS) – Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Princípios do FSC – Série ISO 14000 – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio – Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes |
| Governança corporativa | <ul style="list-style-type: none"> – OCDE – Princípios de Governança Corporativa – IBGC – Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – Recomendações da CVM sobre Governança |

| | |
|---|---|
| | Corporativa |
| Iniciativa setorial internacional – setor financeiro | – Princípios do Equador |
| Iniciativa setorial nacional | – Princípios Básicos de Responsabilidade Social – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp)/Ethos – Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE Bovespa |
| Implementação de SER | – Balanço Social Ibase – AA1000 – Indicadores Ethos – Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) – ABNT-NBR 16001:2004 – Norma Brasileira: Responsabilidade Social – Sistema de gestão – Requisitos |

Fonte: Adaptado pelos autores a partir do INSTITUTO ETHOS (2009)

Expostas essas questões, nesse artigo focaremos na descrição e análise de algumas ferramentas mais utilizadas no contexto da empresa Samarco, são elas: Diretrizes para

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI) e ISO 26.000.

O GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI

O *Global Reporting Initiative* teve origem em Boston em 1997, e suas raízes fundaram organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos da América com a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e o Instituto Tellus. Em 2000 o GRI publicou sua primeira versão de diretrizes o que representou o pioneiro quadro global de com informações abrangentes sobre o desempenho de sustentabilidade.

Em 2002 o GRI mudou-se para Amsterdã, e foi formalmente inaugurada como uma organização colaboradora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) na presença do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

A segunda geração das Diretrizes, G2, foi revelada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo. Desde então o GRI vem ganhando representatividade global e aceitação por parte dos stakeholders como método transparente e confiável de divulgação de desempenho empresarial sob aspectos de sustentabilidade no sentido mais amplo, por este motivo o GRI vem sendo e largamente utilizado pelas companhias, hoje o GRI se encontra na versão G4, demonstrando que em poucos anos versões com melhorias vem sendo sobrepostas umas às outras seguindo o princípio da evolução e melhoria contínua.

O GRI é aplicável a qualquer tipo de organização

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

independente do ramo de atividade e porte empresarial, as Diretrizes do GRI compreendem uma referência Global na publicação de informações sobre a forma de gestão das organizações, seu desempenho ambiental, sociais e econômicos e impactos nessas áreas. As Diretrizes são apresentadas em duas partes: a) Princípios para Relato e Conteúdos Padrão e b) Manual de implementação.

Os Princípios para o relato devem observar os seguintes aspectos:

- a) Inclusão dos Stakeholders
- b) Contexto da Sustentabilidade
- c) Materialidade
- d) Completude
- e) Equilíbrio refletindo aspectos positivos e negativos do desempenho
- f) Comparabilidade
- g) Exatidão
- h) Tempestividade
- i) Clareza
- j) Confiabilidade

Desta forma, respeitando os princípios para o relato, os conteúdos padrões e o Manual de implementação qualquer organização pode utilizar a metodologia GRI para publicar aos seus stakeholders o próprio desempenho.

ESTUDO DE MATERIALIDADE

O estudo de Materialidade é um processo de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

construção e mapeamento de quais são os temas relevantes para stakeholders de importância para o negócio em questão. Estima-se que mais de 60% do valor de uma companhia se encontra nos ativos intangíveis, tais como Marca, capacidade de inovação, relação com clientes, reputação etc.

A materialidade tem como base um princípio contábil, que, após adaptação vem sendo utilizado pela área de sustentabilidade de forma a identificar os aspectos que não são financeiros, mas que são significativos para avaliação e tomada de decisão uma vez impactam na geração de valor do negócio.

O GRI não define o método de mapeamento da materialidade de uma organização, dessa forma, cabe à empresa a definição do método para que os Stakeholders sejam consultados e os temas sejam mapeados e avaliados. O mapeamento da materialidade além de organizar e prover uma base de informações para o processo de construção do relatório de sustentabilidade na base do GRI também pode ser útil no mapeamento estratégico de uma organização, uma vez que traz o “desejo” das partes interessadas ou Stakeholders.

Devido à importância do processo de materialidade e não haver restrições para a aplicação do processo seja em pequenas, médias ou grandes companhias a geração de um relato de sustentabilidade sem a base de um estudo de materialidade pode ser desastrosa sob risco de produzir informações que não são demandadas pelos Stakeholders.

ISO 26000

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

Os padrões e normas estabelecidas internacionalmente contribuem na facilitação do comércio entre os países, auxiliam na garantia de viabilidade técnica e compatibilidade dos produtos comercializados e transferem aos consumidores informações precisas e necessárias sobre os produtos.

É nesse contexto que a Internacional Organization for Standardization (ISO), Organização Não Governamental criada em 1947, mantém o propósito de criar padrões e regulamentações.

A ISO trabalha com várias normativas ligadas às emissões de carbono, políticas públicas, saúde e segurança entre outras. Segundo (WARD, 2011) para ampliar esse escopo, em 2010 a ISO aprovou uma norma ambiciosa que levou cinco anos de desenvolvimento sobre Responsabilidade Social das Organizações, denominada ISO 26000.

A Norma de Orientação em Responsabilidade Social ISO 26000, foi construída pelo grupo de trabalho em Responsabilidade Social da organização, seu processo de elaboração articulou especialistas na temática em mais de 90 países e 40 organizações internacionais, com atuação concentrada nos diferentes aspectos da responsabilidade social.

Muito embora seja uma norma, a ISO 26000 é uma orientação, portanto não auditável, que serve para auxiliar as organizações a contribuir para o desenvolvimento sustentável, além de fornecer subsídios para reflexões sobre diversidade socioambientais, políticas, econômicas, jurídicas e organizacionais.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

Nesse contexto, as organizações podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, que pode ser definido como a preservação e sustentação dos recursos para a continuidade da vida. Na descrição do documento WORLD, 1987 é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Para tanto, a ISO 26000 aborda sete princípios para a concretização da responsabilidade social, eles estão exemplificados na imagem a seguir;

IMAGEM 1. PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL



Fonte: ABNT – NBR ISO
26000:2017

Os sete princípios estão dispostos a seguir de forma detalhada:

1. **Accountability:** a organização deve se responsabilizar por seus impactos na sociedade, economia e meio ambiente;
2. **Transparência:** agir com transparência nas decisões e atividades organizacionais que impactam a

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

sociedade e o meio ambiente;

3. **Comportamento ético:** comportar-se com honestidade, equidade e integridade. Adotar e aplicar padrões éticos de comportamento de acordo com as atividades organizacionais desenvolvidas;

4. **Respeito pelos interesses dos stakeholders:** identificar todos os *stakeholders* e respeitar seus direitos legítimos, e considerar outros interesses de todos os indivíduos e não apenas dos proprietários e acionistas;

5. **Respeito pelo estado de direito:** cumprir com a legislação de todas as jurisdições em que operar, manter-se atualizado para estar sempre em conformidade com a lei;

6. **Respeito pelas normas internacionais de comportamento:** em situações em que a legislação não apresentar normas de proteção socioambiental adequada, deve-se, no mínimo, respeitar as normas internacionais de comportamento. Evitar ser cúmplice de atividades que não respeitam as normas internacionais de comportamento;

7. **Respeito pelos direitos humanos:** respeitar e, se possível, promover os direitos previstos na Declaração Internacional dos Direitos Humanos. Em situações em que os direitos humanos não forem protegidos, nunca tirar vantagens e respeitar as normas internacionais de comportamento.

ANÁLISE CONTEXTUALIZADA DAS FERRAMENTAS O GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI DA SAMARCO

O relatório de sustentabilidade da Samarco de 2014, antes do evento do rompimento da barragem de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

Fundão traz importantes informações e indicadores de desempenho que facilitam a consulta por parte dos Stakeholders, tais como:

- a) Uso sustentável da água
- b) Internalização da cultura de sustentabilidade
- c) Licença social para operar e engajamento das comunidades vizinhas
- d) Qualidade e incentivo a contratação de mão de obra local
- e) Infraestrutura dentro da Samarco e nas comunidades locais
- f) Transversalidade da ética e prevenção à corrupção
- g) Redução de emissões nas operações
- h) Resultado financeiro por meio da eficiência operacional
- i) Redução de ruído na operação
- j) Eficiência energética

A parte interessante da disponibilização destas informações e resultados operacionais está na convergência e aderência ao estudo de materialidade divulgado no relatório o que demonstra que o relatório com ferramenta de gestão focada nos interesses dos Stakeholders o que certamente gerará valor para qualquer negócio.

O rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, foi considerado por autoridades nacionais e internacionais o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, conforme é possível observar na imagem 2.

Imagem 2. IMAGEM AÉREA DA BARRAGEM DE FUNDÃO – SAMARCO – MARIANA-MG, ANTES E

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.



Fonte: Relatório Bienal 2015-2016 SAMARCO

DEPOIS DO DESASTRE

Todo o planejamento de publicação do relatório de Sustentabilidade 2015 foi interrompido, e somente retomado nos em 2017 com a publicação do então relatório Bienal 2015-2016 cujo conteúdo sofreu algumas limitações e direcionamento do informe para o relevante fato do rompimento da barragem e os devidos acordos que a empresa Samarco propôs para retomada das operações.

Como mencionado no parágrafo acima o relatório de sustentabilidade com base no GRI para o biênio 2015-2016 inicia com informações sobre o rompimento da barragem e o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTCA) assim como as ações emergenciais que a Samarco adotou em conjunto com a Fundação Renova, que por sua vez gerencia os recursos destinados a recuperação econômica e Social dos distritos mineiros afetados pelo desastre.

Numa forma não convencional a Samarco pública o nome de todas as vítimas fatais do evento logo no início do relatório o que pode chamar a atenção do leitor,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

principalmente os Stakeholders relacionados à comunidade e empregados, assim como órgãos públicos.

É possível perceber que o foco do relatório é demonstrar que a Samarco possui um sistema de gestão robusto e que vem adotando medidas que ao seu entendimento estão adequadas para o retorno das operações, embora seja um trabalho extenso e duradouro. Diversos indicadores de desempenho e de prejuízo com as operações paralisadas são demonstrados no relatório criando um ambiente de comunicação com os Stakeholders cujo objetivo é demonstrar que vale a pena retomar a operação.

Já a materialidade é apresentada no relatório de forma coadjuvante, pois como mencionado acima o objetivo deste relatório não é demonstração de gestão para o crescimento sustentável. Um quadro com a materialidade está disponível no relatório, contudo informações de desempenho dos temas materiais não estão detalhadas. É importante lembrar que o relato na metodologia GRI não define como a materialidade deve ser construída e nem como os Stakeholders devem ser consultados.

É notório que o relatório de sustentabilidade da Samarco para o biênio 2015 – 2016 têm um grupo de Stakeholders limitado à comunidade, poder público, ONGs, empregados, Acionistas, contratados e fornecedores com foco nas informações de retomada da operação e ações de mitigação do desastre de rompimento da barragem de fundão com certeza a apresentação das informações tem coerência com o momento atual de paralisação das atividades e recuperação da degradação

econômica, social e ambiental gerada nos municípios atingidos diretamente e indiretamente.

Durante a pesquisa dos relatórios de sustentabilidade da Samarco é possível concluir que ambos os relatórios de 2014 e do biênio 2015 e 2016 seguiram as diretrizes do método GRI para publicação das informações. Está evidente que o objetivo do relatório de 2014 foi demonstrar o crescimento sustentável utilizando a matriz de materialidade como base para o relato tornado este relatório uma leitura fácil para aqueles Stakeholders de interesse.

Já o relatório do biênio 2015-2016 a matriz e materialidade se tornou coadjuvante frente o protagonismo do evento do rompimento da barragem, dessa forma o relatório tem grande parte do seu conteúdo voltado a explicação deste fato e dos compromissos da companhia em retomar os controles operacionais e de gestão e principalmente viabilizar o retorno das operações. Entendemos que o relatório de sustentabilidade embora esteja atendendo o conteúdo do método GRI não deva ser explorado para este fim, outros mecanismos de relato deveriam ser explorados pela Empresa.

CONCLUSÃO

Após o desastre ocorrido em Mariana – MG, o Instituto Ethos declarou que iniciaram um processo de avaliação da empresa Samarco perante a Carta de Princípios do Instituto, que prioriza a ética e o comprometimento com a responsabilidade social e a transparência, no entanto, não se encontrou a publicidade dos resultados da avaliação do Comitê de Ética do Ethos

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

sobre a eventual violação da carta.

Considerando que como consequência do desastre a Samarco teve a Certificação da ISO 14001 cancelada, a empresa vai ter que recomeçar todo processo de recertificação, iniciando pela obtenção da licença social e a licença de operação e usar todo o aprendizado com o acidente para reconstruir seu Sistema de Gestão Ambiental, considerando os novos requisitos da versão 2015, como ênfase na abordagem de riscos e no entendimento do contexto da organização às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Cabe destacar que é de fundamental importância a utilização das mais variadas ferramentas para a gestão da sustentabilidade e que as mesmas não devem ser centralizadas apenas na elaboração dos relatórios anuais e nem como simples peças de marketing.

Como já foi destacado anteriormente neste trabalho, as retratações, os pedidos de desculpas, os esclarecimentos diversos sobre as ações e acontecimentos que ocorrem dentro das empresas devem ser realizados por mecanismos de comunicação, existem diversos tipos, para finalidades distintas. No caso da SAMARCO outros mecanismos de relato deveriam ser explorados pela companhia tais como memorandos, ou até mesmo a própria Fundação Renova para apresentar o resultado dos programas de recuperação.

É importante ressaltar que após o desastre, inclusive devido aos pactos firmados com órgãos de controle e fiscalização, a SAMARCO ampliou seus esforços em relação à gestão participativa, apuração das ações relacionadas às denúncias nos canais de ética e

crescimento significativo da equipe de ouvidoria.

As ações frente ao desenvolvimento territorial também se expandiram, nessa fase da empresa a contratação de mão de obra local é prioritária, investimentos de infraestrutura e reconstrução das moradias estão recebendo grande aporte de recursos, conforme pode ser verificado nos balanços financeiros da empresa.

Frente a essas questões é importante ressaltar que a mídia nacional e internacional está a todo o momento realizando diversas denúncias em relação às atuais condições de vida dos afetados pelo desastre.

Outra questão necessária de ser abordada é o fato de que a região de Mariana concentra atualmente uma infinidade de organizações não governamentais que buscam a todo o momento dar assistência aos afetados pelo rompimento da barragem, muito embora essas organizações tenham se tornado a centralidade do poder público, a fonte de informação para as ações da SAMARCO e a porta-voz dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

FIESP. Departamento de Meio Ambiente. **ISO 14001: 2015 – Saiba o que muda na nova versão da norma**, 2015.

_____. **Materialidade.**

Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/entrevista-sustentabilidade-na-industria-textil/>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

GRI. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/>> Acesso em: 15 de novembro de 2017.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

INSTITUTO ETHOS. **Manual de Incorporação dos Critérios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial**. SP, 2009.

LOUETTE, A. **Gestão do conhecimento-compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.

PNUD. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dos ODM aos ODS**. 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

SAMARCO. VI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. Belo Horizonte, 2010.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <<http://www.samarco.com/relatórios>> Acesso em 11 de janeiro de 2017.

_____. **Relatório Bial de Sustentabilidade 2015-2016**. Disponível em: <<http://www.samarco.com/relatórios>> Acesso em 11 de janeiro de 2017.

WARD, H. The ISSO 26000 Internacional guidance standart on social responsibility: implications for public policy and transnational democracy. **Theoretical Inquiries in Law**, v. 12, n. 2, p. 665-718, 2011.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

WORLD COMMISSION ON ENVIROMENT AND
DEVELOPMENT (WCED). **Our
common future.** Oxford: Oxford University, 1987.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.